



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0003219-90.2022.6.22.8000.

INTERESSADO: Núcleo de Apoio Técnico às Contratações de TIC - NATCTIC, da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC.

ASSUNTO: Análise final – Dispensa eletrônica n. 3/2023 - Contratação de serviços - Subscrição de licenças do *software Zoom Meetings* de uso corporativo - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 40 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pelo Núcleo de Apoio Técnico às Contratações de TIC - NATCTIC, da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC, visando à contratação de **solução de videoconferência pela Internet**, em consonância com o PAC 2023 da STIC,

02. Após instrução inicial, o processo foi objeto de análise desta unidade que, por meio do Parecer Jurídico n. 6/2023 ([0968255](#)), concluiu:

I - pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação da SOLUÇÃO DE TIC - *Subscrição de licenças do software Zoom Meetings* (uso corporativo), na forma prevista pelo art. 72 da Lei n. 14.133/2021, nas regras e diretrizes da Resolução CNJ n. 468/2022 e, ainda, nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022;

II - dada a pluralidade de fornecedores autorizados pela fabricante do aplicativo *ZOOM* para comercializar o produto no Brasil, cuja seleção se daria apenas pela disputa de preços entre os classificados e habilitados à prestação dos serviços, nos limites dos valores de dispensa de licitação estabelecidos pelo art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021, **pela possibilidade de a contratação pretendida ser processada por meio da DISPENSA ELETRÔNICA** disciplinado pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021, na forma sugerida pela EPC e, ainda, com fundamento no art. 28, § 1º da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022;

III - que há modelo padronizado de aviso de dispensa eletrônica (evento [0925036](#)) aprovado no âmbito deste Tribunal pela **PORTARIA 435/2022-DG ([0926736](#))**, situação que dispensa a análise desse documento por esta unidade jurídica (§ 5º, art. 53, Lei n. 14.133/21); sendo que, ao final do procedimento, em cumprimento ao item 18, "a", do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, o processo deveria retornar à AJSAOFC para emissão de parecer e submissão à autoridade administrativa.

03. Pelo Despacho n. 131/2023 ([0969372](#)), a Secretária substituta da SAOFC acolheu as conclusões do referido parecer jurídico, manifestou-se **favorável** a contratação por meio de **DISPENSA ELETRÔNICA** e encaminhou o processo à **ASLIC**, para o processamento, com o registro, divulgação, operacionalização, julgamento da proposta,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

habilitação e elaboração de relatório e continuidade da tramitação, de acordo com [item 15, "b", do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.](#)

04. A ASLIC trouxe ao processo o Aviso de Dispensa Eletrônica n. 03/2023 ([0977882](#)), com as regras da contratação, devidamente divulgado e publicado, conforme documentos comprobatórios juntados no evento [0977884](#).

05. Vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) Solicitação da LicitaBR, no qual aduz que o edital foi publicado como sendo de AMPLA CONCORRÊNCIA; porém quando tentou cadastrar a proposta o sistema informou que o certame era exclusivo para EPP. Assim, requer que seja **retificado** no sistema para que permitir o cadastro de proposta de participantes que não seja EPPs.

Sobre o incidente, o Assessor da ASLIC solicitou ([0978917](#)) manifestação da unidade demandante (...) *quanto à aplicação ou não da exclusividade para ME/EPP prevista nos dispositivos legais acima. Em caso de não aplicabilidade à restrição, requer-se justificativa técnica e/ou mercadológica. Prazo para manifestação até o dia 17/02/2023.*

Em resposta, o NATCTIC registrou ([0979420](#)):

(...) em que pese o TR não tenha feito referência ao tema da exclusividade, **esta unidade se manifesta de acordo com o disposto na legislação vigente, que aduz que deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo o valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), [Art. 49, IV, da Lei Complementar 123/06](#) c/c [Art. 189 da Lei 14.133/21](#), ou seja, pela manutenção da exigência.**

Cumprir informar que, a participação exclusiva de ME/EPP não trará nenhum prejuízo à pretendida contratação tendo em vista que o mercado atende com tranquilidade ao objeto a ser contratado, assim, entendemos que a exclusividade deve ser mantida.

O incidente foi assim resolvido pelo Agente de Contratação ([0984487](#)):

...

Compulsando os autos, verifica-se que houve um equívoco de digitação, visto que o valor a ser contratado não pode ser aberto para ampla concorrência. Da leitura dos arts. 47, I e 49, IV, da Lei Complementar 123/06 c/c art. 189 da Lei 14.133/21 depreende-se que o valor a ser contratado na dispensa eletrônica (R\$ 36.221,52) IMPÕE processo seletivo aberto exclusivamente participação de ME/EPP. Isso implica em dizer que não será possível atender ao pedido da requerente no sentido de “retificar” o sistema e possibilitar a participação de empresas que não sejam de porte ME/EPP, visto que o ato seria contrário à previsão legal citada. Além disso, a lei 14.133/21 não trata da alteração do aviso de dispensa, razão pela qual nos socorremos do art. 55, §1º da Lei, que trata da modificação do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

edital, que é instrumento análogo. No dispositivo está expresso que eventual modificação no edital que não comprometer a formulação das propostas não requer republicação, o que se amolda analogamente ao presente caso, já que, semelhantemente, o ajuste no aviso de dispensa continuaria a não permitir a participação da requerente e, portanto, não influenciaria no total de participantes, visto que seria exclusivo a ME/EPP do mesmo jeito, não alteraria a formulação das propostas já apresentadas e resultaria na mesma participação e obteria o mesmo resultado (sem grifos no original).

b) extrato do cadastramento da Dispensa Eletrônica no sistema SIASGNET ([0978894](#));

c) proposta e documentos de habilitação da cotante **2SP COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI** - CNPJ 33.216.487/0001-01, juntados nos volumes II e III do processo, com manifestação da unidade demandante pela aceitação da proposta, no valor de R\$ 34.824,00 (trinta e quatro mil oitocentos e vinte e quatro reais) e atendimento das exigências de habilitação técnica, evento [0984438](#);

d) relatório de propostas extraído do Portal Compras.gov.br ([0984466](#)).

06. Por fim, o pregoeiro registrou as principais ocorrências do **certame** em seu Relatório 005/2023, com vistas à apreciação superior, decisão e deliberação quanto à adjudicação e homologação do certame pela autoridade administrativa ([0984598](#)). Assim instruídos, os autos foram remetidos pelo Agente de Contratação a esta Assessoria Jurídica para análise dos atos praticados na licitação ([0984610](#)).

É o necessário relatório.

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

07. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do § 3º do art. 75 c/c art. 174, I, da Lei n. 14.133/2021 e, ainda, do Parágrafo único do art. 6º da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021, dando-se a devida divulgação do aviso da dispensa eletrônica no Portal Nacional de Contratações Públicas, com observância do **prazo mínimo de 03 (três) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas**, no qual também a constou a definição do objeto, o valor estimado e a indicação do período no qual seriam recebidas as propostas ([0977884](#)).

08. Passa-se à análise dos procedimentos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Solicitação de esclarecimento/retificação no sistema para que permitir o cadastro de proposta de participantes que não fossem EPPs ([0978887](#)).

O incidente foi solucionado de forma adequada pelo Agente de Contratação ([0984487](#)). De fato, houve um equívoco de digitação, visto que o valor a ser contratado, exclui a competição da ampla concorrência.

De acordo com os arts. 47, I e 49, IV, da Lei Complementar n. 123/06 c/c o art. 189 da Lei n. 14.133/21, tem-se que o valor da dispensa eletrônica de R\$ 36.221,52 impõe processo seletivo **exclusivamente** à participação de ME/EPPs.

Por outro lado, a Lei n. 14.133/21 não trata da alteração do aviso de dispensa, sendo bastante razoável a aplicação do seu art. 55, §1º para a situação ocorrida. Veja-se:

Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de:

...

§ 1º Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, **exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.** (destacou-se)

Assim, como registrou o agente de contratação, eventual ajuste no aviso de dispensa não permitiria mesmo a participação da requerente e, portanto, não influenciaria no conjunto de participantes - que seria sempre constituído exclusivamente por ME/EPPs, não alteraria a formulação das propostas já apresentadas, resultaria na mesma participação e obteria o mesmo resultado.

b) propostas comerciais:

Estão registradas no relatório de propostas extraído do sistema ([0984466](#)).

c) **Item deserto:** Não houve;

d) **Cancelados na Aceitação:** Não houve;

e) **Aceitação/negociação:**

De acordo com o relatório de propostas extraído do sistema ([0984466](#)), que teve seus dados reproduzidos no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação ([0984598](#)), verifica-se que 3 participantes foram inabilitadas diretamente pelo sistema, a saber:

I - PHF EMPREENDIMENTOS LTDA: não atendimento aos itens 4.1 e 4.2.1, "b", do Anexo I do Aviso de Dispensa Eletrônica -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ADE, quais sejam: a) documento comprobatório de que a empresa seria autorizada pela fabricante do aplicativo ZOOM a comercializar o produto no Brasil; e, b) atestado ou declaração de capacidade técnica;

II - STUDIO CARTOON LTDA: não informou autorização do fabricante para comercializar o produto - exigência do item 4.1 do Anexo I do ADE;

III - ADRIANO S MEDEIROS: não apresentou a documentação exigida pelo, item 7.8 do ADE, a saber: documentos de habilitação exigidos pelo Capítulo 7 do ADE.

Por fim, como já constou do relato deste parecer - após manifestação da unidade demandante pela aceitação da proposta, no valor de R\$ 34.824,00 (trinta e quatro mil oitocentos e vinte e quatro reais) e atendimento das exigências de habilitação técnica, evento [0984438](#) - o agente de contratação aceitou a proposta da cotante **2SP COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI** - CNPJ 33.216.487/0001-01 e a julgou habilitada.

ANÁLISE: As ocorrências registradas no sistema e reproduzidas no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação demonstram a aplicação objetiva dos critérios de recusa e aceitação de proposta definidos no ADE.

Assim, esta Assessoria Jurídica não vê reparos nos atos e decisões do Agente de Contratação.

Cabe registrar, assim, que o procedimento da Dispensa Eletrônica n. 3/2023 foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados no relatório do agente de contratação, sendo que, conforme informado no item VII do relatório, o sistema somente disponibilizará o relatório analítico da operação do certame após a homologação.

f) Recursos:

Sobre a questão recursal deve-se registrar que, diferentemente dos certames licitatórios que preveem uma fase recursal, esse procedimento não está disciplinado no procedimento de seleção do vencedor pelo agente de contratação após a disputa na **Dispensa Eletrônica**.

Acredita-se que, em cumprimento ao direito recursal assegurado pela redação do **art. 165, I, "b" e "c", da Lei n. 14.133/2021**, o sistema deverá abrir o prazo de 3 dias úteis, após o registro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da adjudicação e homologação do certame pela autoridade administrativa, objetivando eventual manifestação dos interessados.

Como se trata de um novo regime, essa funcionalidade deverá ser observada na tramitação do procedimento. Contudo, essa é uma regra aplicável, em princípio, apenas aos certames licitatórios, não estando também disciplinada pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021, que dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

III – CONCLUSÃO

10. Por todo o exposto, trazendo ainda a esta as conclusões do Parecer Jurídico n. 6/2023 ([0968255](#)), esta Assessoria Jurídica opina:

I - pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação da SOLUÇÃO DE TIC - *Subscrição de licenças do software Zoom Meetings* (uso corporativo), na forma prevista pelo art. 72 da Lei n. 14.133/2021, nas regras e diretrizes da Resolução CNJ n. 468/2022 e, ainda, nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022;

II - pela **adjudicação** do resultado da Dispensa Eletrônica n. 3/2023, nos exatos contornos registrados no relatório de propostas extraído do sistema ([0984466](#)), que teve seus dados reproduzidos no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação ([0984598](#)), **para adjudicação do seu objeto à cotante SP COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI** - CNPJ 33.216.487/0001-01, pelo valor total de R\$ 34.824,00 (trinta e quatro mil oitocentos e vinte e quatro reais).

Fora apontado no **item 7** do Parecer Jurídico n. 6/2023, que o titular da COFC registrou que se tratava de contratação com previsão de execução de despesas no exercício financeiro de 2023 para o qual, na época **não se fazia possível a programação e consequente reserva orçamentária neste exercício financeiro**, por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2023 e da abertura do exercício 2023 com a consequente disponibilização dos créditos aprovados na LOA 2023, no SIAFI, pela Secretaria de Orçamento de Federal - SOF/ME ([0962694](#)). Informara, ainda, que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2023 tramitava no processo nº [0000150-50.2022.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado, destinado às despesas com o objeto dessa contratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contudo, há programação orçamentária juntada ao processo (0966077), no valor de **R\$ 18.110,76** (dezoito mil cento e dez reais e setenta e seis centavos), que de acordo com o item 10.1 do TR (0966077), equivale à expectativa de execução para o exercício de 2023.

III - pela homologação do certame pela autoridade competente, caso adjudicado, pela própria autoridade administrativa, com fundamento no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021; observando-se, ainda, as anotações em relação à eventual fase recursal, na forma apontada no item 8, "f" deste parecer.

11. Após a decisão da autoridade superior e demais providências para a contratação, deverá ocorrer a divulgação e disposição do público em sítio eletrônico oficial do TRE-RO do ato que autorizou a contratação direta, na forma do Parágrafo único do art. 72 da Lei n. 14.133/2021, além da regular publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

12. Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca de documentos técnicos juntados ao processo associados à habilitação ou aceitação do objeto.

Ao **senhor Secretário da SAOFC** para fins da manifestação prevista no **item 21 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022** e continuidade da tramitação.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO**, Assessor **Jurídico**, em 14/03/2023, às 12:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0987142** e o código CRC **A43BAA81**.